



Penha
de França
do rio à colina



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

ENTRE:

A FREGUESIA DA PENHA DE FRANÇA, pessoa coletiva n.º 510.833.454, com sede na Travessa do Calado, n.º 2, 1170-070 Lisboa, através do seu órgão executivo, Junta de Freguesia, neste ato representada pela sua Presidente, Sofia Oliveira Dias, adiante designada por Junta de Freguesia ou Primeira Outorgante;

E

A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, pessoa coletiva n.º 600 006 662, com sede no Largo da Penha de França, n.º 1, 1170-298 Lisboa, e endereço eletrónico 5div.lisboa@psp.pt, neste ato representada pelo Comandante do Comando Metropolitano de Lisboa da Polícia de Segurança Pública, Superintendente Paulo Pereira, adiante designada por P.S.P. ou Segunda Outorgante;

É celebrado o presente protocolo de cedência de veículo ao abrigo da alínea k) do n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, relativa ao regime jurídico das autarquias locais, e do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, que aprova a Orgânica da Polícia de Segurança Pública, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto)

1. A Primeira Outorgante, é proprietária do veículo ligeiro de passageiros, de cor branca, 100% tração elétrica, da marca Nissan, modelo Leaf, n.º de chassis SJNFAAZE1U0122139, 5 lugares, 4 portas, matrícula AG-19-DM, em estado de “NOVO”, devidamente caracterizado, de acordo com as normas e o padrão em uso na P.S.P., cede à Segunda Outorgante a utilização do veículo automóvel anteriormente descrito, para, preferencialmente, realizar policiamento de proximidade na área da Freguesia de Penha de França, desenvolvido pela 11.ª Esquadra – Penha de França.
2. O referido veículo é utilizado, preferencialmente, pela 11.ª Esquadra da P.S.P. de Lisboa, no âmbito das atribuições desta Força de Segurança.

Cláusula Segunda.

(Objetivos Estratégicos)

1. No âmbito do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP) da P.S.P., o presente protocolo assenta nos seguintes objetivos nucleares:
 - a) Estabelecer com regularidade contactos com os fregueses para conhecimento dos problemas de segurança que mais os preocupam, reforçando o sentimento de segurança dos cidadãos e a confiança na P.S. P.;
 - b) Garantir melhores condições de segurança junto da população;



Penha
de França
do rio à colina



- c) Apostar num atendimento ao público atempado, mais próximo e humanista;
- d) Promover aconselhamento junto dos cidadãos.

2. Assim como incrementar a prevenção e vigilância nas zonas turísticas, de lazer e nas áreas comerciais, em áreas residenciais maioritariamente habitadas por cidadãos idosos e, ainda, no apoio às vítimas de crime e acompanhamento pós-vitimação, bem como na deteção de cifras negras e na identificação de problemas que possam interferir na situação de segurança dos cidadãos.

Cláusula Terceira

(Objetivos Operacionais)

1. No cumprimento dos objetivos referidos na Cláusula anterior pretende-se:
 - a) Prevenir atos de vandalismo e eventuais furtos;
 - b) Aumentar a mobilidade dos agentes policiais a desempenhar funções de policiamento de proximidade;
 - c) Apoiar as vítimas de crime (em especial as mais vulneráveis, como crianças, idosos, vítimas de crimes violentos, turistas);
 - d) Contribuir para a redução da criminalidade, em especial os roubos na via pública e roubos por esticção;
 - e) Evitar o tráfico e o consumo de drogas;
 - f) Reforçar procedimentos de segurança, bem como alertar para situações pontuais.
2. Ainda, promover uma relação de confiança e proximidade entre os cidadãos e a PSP, com a finalidade de tomarem mais cuidado com aquilo que os rodeia e com as pessoas que os cercam.



Penha
de França
do rio à colina



Cláusula Quarta
(Deveres e Obrigações das Partes)

1. São da responsabilidade da P.S.P:
 - a) Desenvolver ações adequadas a um eficaz policiamento de proximidade;
 - b) Proceder à gestão operacional do veículo, no âmbito do presente protocolo;
 - c) Suportar todas as despesas relativas à sua utilização e manutenção, bem como outros encargos decorrentes do desgaste da sua utilização diária, que não estejam incluídos na manutenção periódica efetuada pela representante da marca a título da garantia;
 - d) O carregamento energético do veículo;
 - e) A limpeza e lavagem do veículo;
 - f) Outros encargos decorrentes da utilização do veículo, como eventuais multas e coimas por infrações ao Código da Estrada;
 - g) Informar a Junta de Freguesia da Penha de França sobre todas as intervenções de manutenção ou reparação a que veículo vier a ser sujeito, para efeitos de constituição de histórico.
2. São responsabilidades da Junta de Freguesia da Penha de França:
 - a) Os encargos relativos aos prémios de seguros, bem como demais despesas relativas à documentação legal relativa ao veículo;
 - b) Os encargos enunciados na alínea c) do n.º 1 da presente cláusula podem ser assumidos pontualmente, com o objetivo de minimizar eventuais períodos de imobilização ao veículo;
 - c) Encargos relacionados com serviços de manutenção periódica efetuada pelo representante da marca e bateria.

Cláusula Quinta

(Caraterização do Equipamento)

1. A caraterização do veículo obedece às normas gráficas, sinalização luminosa e acústica de emergência necessária, conforme padrão em uso na P.S.P., e é suportada pela Primeira Outorgante.
2. Aquando da desafetação da viatura do âmbito do presente protocolo, os equipamentos instalados, nomeadamente a ponte de rotativos, sirenes ou outros similares, são restituídos pelo PRIMEIRA OUTORGANTE à SEGUNDA OUTORGANTE a título definitivo.

Cláusula Sexta

(Gestão do Protocolo)

A gestão do protocolo é assegurada por um representante da Junta de Freguesia da Penha de França e um representante da P.S.P. — 11.ª Esquadra, que são os interlocutores das partes na sua execução, devendo os outorgantes indicá-los, assim como eventuais substituições, no prazo de 5 (cinco) dias.

Cláusula Sétima

(Vigência)

1. O presente protocolo de cedência de utilização do veículo acima descrito é válido pelo período de dois anos, a contar desde a data da sua assinatura, sendo renovável por sucessivos períodos de um ano, caso não seja denunciado por qualquer das partes, mediante interpelação escrita, com a antecedência mínima de 30 dias relativamente ao prazo inicial ou ao de qualquer das renovações em curso.
2. Durante o prazo de vigência, e mediante acordo entre as partes outorgantes, o presente Protocolo pode ser modificado, no todo ou em parte, constituindo tais alterações, após formalização, aditamento ao mesmo.

Cláusula Oitava

(Resolução)

Qualquer das partes pode resolver o presente protocolo, com fundamento no incumprimento definitivo de qualquer das obrigações assumidas, nomeadamente se a falta não for suprida no prazo de 15 (quinze) dias, após interpelação para o efeito.

Cláusula Nona

(Dano irreparável)

Em caso de dano irreparável, o veículo é devolvido à Primeira Outorgante, no estado em que se encontrar, sem qualquer ónus ou encargos para a P.S.P., sendo imediatamente descaracterizado.

Cláusula Décima

(Comunicação)

1. Todas as comunicações são, preferencialmente, efetuadas por meios eletrónicos e dirigidas para os endereços dos interlocutores indicados no intuito deste protocolo.
2. A alteração dos elementos de contacto indicados neste protocolo é comunicada pelas partes num prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de absoluta inoponibilidade.

O presente protocolo é assinado em duplicado, entrando em vigor na data da sua assinatura e os outorgantes comprometem-se a colaborar mutuamente com vista à concretização do seu objeto.

Lisboa, 19 de abril de 2021.

PELA PRIMEIRA OUTORGANTE

PELA SEGUNDA OUTORGANTE
